

Por um transporte público mais barato no Brasil

Nas manifestações recentes ocorridas em todo o País, uma das principais cobranças dos cidadãos e das organizações da sociedade tem como foco o transporte público. As reivindicações por melhora na qualidade dos serviços e redução do preço da passagem para os usuários motivaram os primeiros atos. Entretanto, o desafio que se coloca, com urgência, é o de encontrar novas fontes de financiamento para o setor. Hoje, os usuários diretos dos serviços são os principais atingidos pelo alto custo da tarifa.

Nos últimos anos, a adoção de políticas e investimentos que priorizam o transporte privado em detrimento do transporte público gerou um sistemático encarecimento das tarifas. O aumento das tarifas prejudica a competitividade do próprio sistema de transporte coletivo. Num círculo vicioso, o rápido aumento da frota de automóveis provoca a redução dos passageiros, o aumento do custo devido aos congestionamentos e o conseqüente crescimento da tarifa do transporte público.

Segundo um estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), as famílias brasileiras 10% mais pobres já gastam 10,7% da renda com transporte público. Já as 10% mais ricas aplicam apenas 0,5% para este fim. O mesmo trabalho registrou que entre os brasileiros com menor renda, cerca de 30% não usam o transporte coletivo por falta de dinheiro para pagar a passagem.

O transporte individual motorizado é o principal gerador de acidentes nas cidades. O uso desmedido do carro gera maior poluição atmosférica dos gases do efeito estufa – o que, além de danos ambientais, afeta diretamente a saúde da população. Segundo pesquisa da Rede Nossa São Paulo encomendada ao Ibope, o paulistano perde, em média, 2h30 todos os dias nos congestionamentos. O que gera perdas econômicas da ordem de R\$ 50 bilhões anuais, segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Esta piora nas condições de mobilidade contribui para o quadro geral de insatisfação com o trânsito. O transporte público coletivo beneficia não apenas os seus usuários diretos, mas toda a população e o meio ambiente.

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) apresentou recentemente a proposta de municipalização da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), um imposto sobre a gasolina. A ideia é que a arrecadação deste tributo seja feita em cada município e INTEGRALMENTE investida para baratear a passagem de ônibus em todas as cidades brasileiras. A aplicação dos recursos seria fiscalizada pela sociedade.

Estudos da FGV mostram que um imposto de R\$ 0,50 sobre cada litro da gasolina baratearia a passagem em R\$ 1,20, o que, em São Paulo, passaria de R\$ 3 para R\$ 1,80. Outros estudos demonstram que esta medida seria deflacionária, já que o preço da passagem de ônibus tem um peso maior do que a gasolina no cálculo da inflação. Além disso, seria importante instrumento de promoção da justiça social, já que beneficia diretamente a renda das pessoas que ganham até 12 salários mínimos, ou seja, 78% dos brasileiros.

Pelo exposto, por gerar enormes benefícios econômicos, sociais e ambientais à população brasileira, conclamamos a presidente da República e os parlamentares do Congresso Nacional a adotar a municipalização da CIDE para baixar o preço dos ônibus no Brasil.

Rede Nossa São Paulo e Frente Nacional de Prefeitos